



A registered Political Party
ECI Registration No. 56/89/2011/PPS-I

O Manifesto *Declaratório* de Mai Hee Bharat

Dr. Subodh Chandra Roy
M.Sc., Ph.D., LL.B.
Presidente Nacional

Bharat, ou seja, Índia, proclama-se uma nação independente, soberana e democrática. Um princípio fundamental da democracia dita a governança de acordo com a vontade da maioria, exigindo a realização de seus desejos. Se aceitarmos Bharat como uma democracia funcional, então tudo o que acontece aqui deve ser interpretado como uma manifestação direta dessa vontade da maioria. Portanto, a fome generalizada, o analfabetismo, o desemprego e a má saúde que afligem milhões, as ações caprichosas e arbitrárias do estado, disfarçadas de autoridade legal, e

a corrupção desenfreada e endêmica que permeia todos os níveis da sociedade – tudo isso exige nosso silêncio absoluto e inquestionável. Porque, se essa farsa de democracia tiver alguma verdade, então nenhuma dessas realidades abomináveis poderia existir sem nosso consentimento explícito e coletivo.

Assim como um pai provê sustento para sua família, os agricultores nutrem toda a nação. Isso logicamente eleva a comunidade agrícola coletiva ao título legítimo de "Pai da Nação". No entanto, quando nos deparamos com a horrível realidade de centenas de milhares de agricultores levados ao suicídio pela fome e dívidas, onde pode Bharat, essa suposta democracia, possivelmente esconder sua completa desgraça? Essa flagrante contradição admite apenas uma explicação: sob o disfarce da democracia, o povo desta nação é submetido a uma farsa contínua e desprezível.

Antes de abordar a questão central, vamos considerar o problema generalizado da corrupção. O clamor público por sua erradicação a todo custo, citando-a como o principal obstáculo ao progresso nacional. Exigem-se a repatriação de bilhões de rúpias desviados ilicitamente para fora do país. Mas aqui surge uma questão crucial: isso implica que a maioria desta nação é inerentemente desonesta? De que outra forma tal sistema poderia persistir dentro de uma suposta democracia? Tais somas vastas não poderiam ser transferidas para o exterior sem navegar por canais legais estabelecidos, implicando o consentimento implícito da maioria a essa

própria pilhagem. É um truísmo que um pote furado não retém água, mas persistimos em despejar água precisamente em tal recipiente. Ao nos recusarmos a reparar ou substituir este sistema falho, garantimos o desperdício contínuo e desenfreado.

Mas assim como o sal não pode ser expurgado de sua salinidade, a corrupção não pode ser erradicada desta nação. Isso ocorre porque a injustiça forma a própria base deste estado. Para entender isso, devemos examinar o verdadeiro propósito das regras e regulamentos que chamamos de "leis". Durante séculos, os britânicos governaram esta terra com um único objetivo: a exploração e pilhagem desimpedidas de seus recursos. Assim como se pode amarrar os membros de um corpo para extrair sangue mais facilmente, o povo de Bharatvarsha foi amarrado por uma infinidade de leis. Essas leis efetivamente os transformaram em escravos do Império Britânico.

Apesar dessa opressão, muitos ousaram sonhar com a independência, suportando torturas indizíveis, incluindo a execução por enforcamento. Os governantes coloniais não mostraram remorso no massacre de milhares de homens, mulheres e crianças inocentes e desarmados em Jallianwala Bagh, em Punjab, uma matança realizada por tiros indiscriminados. Disseram-nos que este ato horrível foi realizado inteiramente "de acordo com o procedimento legal estabelecido". É crucial lembrar que essas "leis" foram elaboradas pelo Parlamento Britânico com o intuito expresso de extinguir

qualquer noção de liberdade e libertação das mentes do povo desta terra.

Inúmeros livros proclamam que, em 15 de agosto de 1947, o território chamado "Índia" emergiu como uma nação independente, realizando os sonhos de nossos reverenciados lutadores pela liberdade. No entanto, uma análise mais aprofundada revela que, naquele dia, assim como inúmeras outras leis britânicas, apenas outro Ato – o "Ato da Independência da Índia, 1947" – entrou em vigor. Quando questionados, praticamente ninguém alegou ter visto pessoalmente este Ato. Eles simplesmente leram nos jornais ou ouviram no rádio que o país se tornou "independente" naquele dia. Na realidade, este Ato não estabeleceu a "Índia" como um país independente. Dentro do antigo território britânico da "Índia", o Ato meramente criou dois "novos domínios": "Índia" e "Paquistão". Onde antes havia uma colônia, "Índia", ela foi simplesmente dividida em duas partes – essencialmente criando duas colônias para conveniência administrativa, denominadas "novos domínios" na linguagem jurídica. Crucialmente, o Ato estipulava que o poder de escolher o Chefe Executivo de cada domínio – o Governador-Geral – não residia no povo do respectivo domínio. Em vez disso, o Monarca Britânico nomeava o Governador-Geral, conforme explicitamente declarado na Seção 5 do Ato da Independência da Índia, 1947.

É um fato surpreendente que, embora o Ato seja intitulado "Ato da Independência da Índia", a palavra

"Independência" em si não apareça em nenhum lugar dentro de seu texto. Um ano antes, em 1946, o governo britânico estabeleceu a Assembleia Constituinte para redigir uma constituição para o domínio. É fundamental lembrar que nenhum dos membros desta Assembleia Constituinte era "cidadão da Índia". O termo "cidadão da Índia" apareceu pela primeira vez na "Constituição da Índia", que entrou em vigor em 26 de janeiro de 1950. Até pelo menos essa data, todos os habitantes do território britânico eram legalmente súditos britânicos. Portanto, tudo o que estava contido nessa Constituição estava inerentemente sujeito à vontade do Monarca Britânico. Esta mesma Constituição permanece como a lei suprema da terra e, mesmo que desejado, não pode ser substituída pelos cidadãos livres deste país por uma nova. Isso ocorre porque qualquer tentativa de substituir a Constituição seria bloqueada por uma decisão do Supremo Tribunal Federal que proíbe emendas às suas "características básicas". E não nos esqueçamos que o próprio Supremo Tribunal Federal foi criado sob uma disposição dessa mesma Constituição.

Isso significa que os antigos mestres coloniais também ditaram os mecanismos precisos para nos governarmos. Diante dessa realidade, onde está nossa independência? Para ilustrar isso mais claramente, considere esta analogia: Imagine uma venda de terras onde o vendedor estipula que ele, por sua "benevolência", construirá uma cabana na terra, e o comprador, após a compra, é obrigado a morar nessa cabana. O comprador pode reparar a cabana, se

necessário, mas é estritamente proibido de demoli-la – ou seja, alterar suas "características básicas" – e construir, digamos, uma casa de concreto. Se essa condição persistir após a conclusão da venda, então, aos olhos da lei, a venda é nula, pois o controle do vendedor sobre a terra não foi totalmente renunciado.

Admitamos que, durante o período turbulento em que este subcontinente estava passando por imensa turbulência, aceitar tal condição pode ter parecido a única maneira de navegar pela crise. No entanto, nesse caso, a Constituição precisava incluir um Artigo declarando explicitamente que, após a "independência", o Parlamento teria o poder de ratificar a Constituição e, se necessário, criar uma nova para substituir a antiga. Como é demonstrado claramente, nenhum Artigo de ratificação existe dentro da Constituição. Isso significa que uma Constituição projetada para o Domínio Britânico conhecido como "Índia" e adequada ao Monarca Britânico, foi imposta ao povo como a lei suprema da terra. Isso contrasta fortemente com os sonhos de nossos estimados lutadores pela liberdade, que buscavam libertar o povo de Bharat do domínio e exploração britânicos. O requisito fundamental para essa libertação era dismantlar as correntes opressoras feitas pelos britânicos, conhecidas como "leis", que foram projetadas para manter os súditos britânicos em subjugação perpétua.

Mesmo após 15 de agosto de 1947 e mesmo após 26 de janeiro de 1950, a maioria das leis feitas pelos

britânicos permaneceu em vigor no território agora conhecido como "Índia". Por meio de disposições dentro da "Constituição", essas leis feitas pelos britânicos receberam uma nova vida, mantendo as mesmas restrições que mantiveram a população imóvel por séculos. Conseqüentemente, o país continua a ser impiedosamente saqueado, com pessoas astutamente presas por leis que mal compreendem. As estimativas atuais sugerem que aproximadamente trinta milhões de casos estão pendentes nos tribunais indianos a qualquer momento. Assumindo que pelo menos dez pessoas sejam direta ou indiretamente afetadas por cada caso, isso significa que quase trezentos milhões de pessoas em Bharat estão perpetuamente sobrecarregadas por ansiedades legais. Não é surpresa, então, que suas circunstâncias não melhorem, apesar da retórica constante sobre o chamado "crescimento inclusivo" que ouvimos ano após ano.

O fato de ainda não termos alcançado a verdadeira libertação é evidente em nossas vidas diárias. Antes de 15 de agosto de 1947, protestos violentos e não violentos contra o domínio britânico eram comuns, e a polícia real rotineiramente respondia com perseguição brutal aos lutadores pela liberdade. Isso era compreensível na época, pois a polícia, como serva da Coroa, era obrigada a agir impiedosamente para proteger os interesses do soberano. No entanto, é profundamente perturbador que atrocidades policiais semelhantes permaneçam prevalecentes mesmo

depois que Bharat é supostamente politicamente independente. Se essa independência é genuína, então a polícia está protegendo os interesses de quem agora? Se a democracia realmente tornou o povo mestre da terra, então por que essas mesmas pessoas estão protestando? Se, como em uma democracia, nós somos os legisladores, o que nos obriga a violar as próprias leis que criamos? Chegou a hora de confrontar essas questões diretamente, e nós – o povo desta terra, todos nós, simplesmente como seres humanos – devemos fazê-lo nós mesmos.

Neste contexto, devemos examinar o verdadeiro significado da palavra "país". Um território habitado por seres humanos é o que chamamos de "país". Sem seres humanos, um país não pode existir. Por exemplo, apesar de sua vasta extensão, a lua não é um país porque é desabitada. Isso demonstra a íntima conexão entre "seres humanos" e "país". Logicamente, então, o desenvolvimento de um país deve refletir o progresso de seu povo, pois um país não pode avançar enquanto deixa para trás aqueles que o constituem. Muitas vezes se alega que a maioria das pessoas neste país está "atrasada" em alguma escala artificial de avanço. É uma deturpação deliberada. Para perpetuar essa discriminação fabricada, a maioria é intencionalmente mantida em estado de desvantagem. Desde o início da sociedade, as sementes da discriminação foram cuidadosamente semeadas para garantir que alguns poucos privilegiados pudessem colher os benefícios do trabalho das massas trabalhadoras.

Se as pessoas cujo trabalho é indispensável se unissem como um todo coeso, os poucos privilegiados não poderiam mais manter seu domínio sobre a vasta maioria da sociedade. Portanto, ao fomentar a discriminação entre a população, eles foram reduzidos a indivíduos fragmentados e enfraquecidos. Como tal, raramente ousam questionar o sofrimento que suportaram durante séculos. Esse padrão persistirá a menos que certas ideias tradicionais, profundamente arraigadas, sejam drasticamente alteradas – e o poder de efetuar essa mudança reside no próprio povo. Para mudar o país, é preciso primeiro mudar a si mesmo, o que exige a capacidade de pensamento independente. Mas sem seres humanos, o próprio conceito de país é sem sentido. Portanto, para qualquer ação humana dentro de um país, o próprio povo arca com a responsabilidade. Como "nós" é o plural de "eu", eu sou, em essência, o país. Eu o criei diretamente. Sem mim, não pode haver país!

Alguém pode perguntar: "Pode uma ideia aparentemente tão pequena realmente melhorar o estado atual do país?" A resposta é um retumbante sim, porque uma mudança no "eu" inevitavelmente significa uma mudança no país. Mesmo assim, alguém pode objetar: "Se essa ideia é tão poderosa, então a miséria do povo teria acabado há muito tempo. Além disso, o país progrediu significativamente, até mesmo fazendo avanços notáveis na tecnologia espacial. Pela sua lógica, isso deveria significar uma melhoria substancial nas condições de vida do povo." Em resposta, devemos

reconhecer que os benefícios desse progresso são desfrutados por apenas uma pequena fração da população, enquanto a vasta maioria permanece excluída. A fome, a desnutrição e o suicídio ainda são desenfreados entre a maioria. A causa raiz dessa disparidade é simplesmente que a ideia de "Eu sou o país" ainda não permeou a sociedade.

É precisamente essa falta de consciência que impede que a condição deplorável do país mude. Se o povo despertasse para essa percepção, isso, sem dúvida, criaria uma turbulência significativa em um sistema social construído sobre a exploração implacável. Para evitar tal cenário, um pequeno número de exploradores deliberadamente descarta essa ideia como utópica. Eles temem que todo o seu edifício corrupto entre em colapso como um castelo de cartas se o povo reconhecesse sua verdadeira posição na sociedade. Mas a verdade é que essa ideia não só não é utópica, mas também um método notavelmente simples para dismantlar este chamado sistema civilizado. Para manter este caminho óbvio oculto, esforços foram feitos desde o início para manter a maioria das pessoas na escuridão do analfabetismo e da pobreza. O tempo agora está maduro para encontrar uma saída, e todos nós devemos nos esforçar para atingir esse objetivo, pois somos a própria personificação deste país!

Para entender o estado das coisas neste país sem recorrer a teorias complexas, vamos usar a analogia de uma grande casa que hospeda uma animada

celebração. É noite, a casa está bem iluminada e os convidados estão se divertindo. De repente, com intenção maliciosa, alguém corta o fornecimento principal de energia. A casa inteira é mergulhada na escuridão e o caos se instala imediatamente. As pessoas ficam assustadas e tentam escapar, mas a escuridão as impede, levando à confusão e ao pânico. Elas tropeçam umas nas outras, os móveis são derrubados e a desordem geral reina. A questão então se torna: como escapamos desse caos aparentemente sem fim?

Para aqueles não familiarizados com eletricidade, resolver esse caos pode parecer incrivelmente difícil. Alguns podem até atribuir a situação a traços humanos negativos, como mesquinhez e egoísmo. No entanto, a solução é notavelmente simples: basta ligar novamente o interruptor principal. O mero retorno da luz dissipará instantaneamente o caos causado pela escuridão. Da mesma forma, a causa raiz de todos os problemas nesta vasta terra está oculta na escuridão da ignorância dentro de nossas mentes. A menos que essa ignorância seja erradicada, esses problemas persistirão indefinidamente e continuaremos a lutar uns contra os outros como inimigos, incapazes de nos reconhecer como amigos na escuridão. Mas devemos entender: ninguém desligou a luz deliberadamente. Na história da civilização humana, a luz da consciência total nunca foi verdadeiramente acesa. É por isso que a maioria das pessoas no mundo foi privada do pensamento independente. No entanto, estamos determinados a nos

dedicar a esta tarefa aparentemente impossível de nos conscientizarmos de nossa verdadeira força interior. E a hora para isso é agora.

Para começar, vamos considerar o nome deste país. Desde os tempos antigos, era conhecido como "Bharatvarsha". Uma civilização floresceu às margens do rio Sindhu, que, em línguas estrangeiras, ficou conhecida como a Civilização do Vale do Indo. No entanto, mesmo antes da ascensão desta civilização, uma civilização altamente avançada já existia na parte sul desta terra, como evidenciado por descrições no épico Ramayana. No entanto, invasores estrangeiros, para seus propósitos, cunharam o termo "Civilização do Vale do Indo" para abranger toda a terra e nomearam o país de "Índia". Estranhamente, mesmo após a "independência", esta grande terra antiga ainda é oficialmente chamada de "Índia". Embora os indivíduos às vezes possam ter vários nomes, como uma única terra pode ter dois nomes oficiais: "Índia" e "Bharat"?

Um exemplo gritante de nossa subserviência profundamente arraigada é encontrado dentro da própria Constituição, onde o país é nomeado "Índia, isto é, Bharat". É revelador que a frase não seja "Bharat, isto é, Índia". O nome "Índia" é priorizado, presumivelmente para a conveniência de nossos antigos governantes britânicos. Já que nos declaramos verdadeiramente independentes, devemos adotar "Bharat" como o único nome de nosso país, rejeitando "Índia". Muitos estudaram o "Mahabharat", mas

ninguém nunca ouviu falar de algo chamado "MahaÍndia". Banamos o termo "Índia" de nosso Bharat, pois não é nada mais do que uma marca de nossa escravidão passada.

Como a vela da verdadeira consciência nunca foi acesa, o povo nunca experimentou verdadeiramente a liberdade. Desde o início da sociedade organizada, o poder de controle foi investido nas mãos do "rei". Seus comandos se tornaram lei; sua palavra era final. Mas não reconhecemos que a própria "realeza" do rei, a suposta fonte de todas as leis, é em si fundamentalmente ilegítima. Vamos reiterar: abordaremos este assunto diretamente, sem recorrer a teorias complexas ou elegantes.

Para ilustrar isso, vamos imaginar um dia nos tempos pré-históricos, mesmo antes da formação da sociedade humana. Um pequeno rio corre e, em sua margem, ergue-se uma mangueira. Um homem está subindo na árvore, colhendo mangas. A uma curta distância, outro homem está pescando. Um terceiro homem então aparece. Depois de observá-los por um momento, ele se aproxima do homem na árvore e pergunta: "O que você está colhendo, meu amigo?" O homem responde: "Frutas. Gostaria de experimentar uma?" O estranho pega uma manga madura, acha deliciosa, agradece ao "homem-manga" e, em seguida, vai até o pescador. Após uma troca semelhante, ele recebe um peixe de presente e agradece ao "homem-peixe".

No dia seguinte, o estranho retorna, desta vez com um amigo. Eles primeiro visitam o apanhador de mangas. Ao saber que o recém-chegado também quer experimentar manga, o homem na árvore compartilha sua fruta com ainda mais entusiasmo, sentindo-se honrado em fazê-lo. Eles então repetem o mesmo processo com o homem-peixe. Observe que, ao consumir mangas e peixes sem nenhum esforço, os estranhos ganham quase o dobro da energia dos trabalhadores. Os trabalhadores gastam cerca de metade de sua energia subindo na árvore ou pescando, enquanto os estranhos não gastam nada. Dessa forma, por meio do engano, a terceira pessoa gradualmente se torna mais poderosa ao consumir os frutos do trabalho dos outros. À medida que sua força e influência crescem, as pessoas começam a temê-lo. O que antes era dado livremente como um favor se torna "dinheiro de proteção" compulsório ao longo do tempo, estabelecendo-o, em última análise, como o legislador e o rei. Isso marca o início da exploração do povo pelo rei sob o disfarce do "Estado de Direito".

Este indivíduo astuto começou sua "realeza" por meio do engano – em outras palavras, ilegalmente. O que começou como atos de caridade, dados de boa vontade, foi transformado em coleta forçada de receita, ou impostos. Várias políticas foram implementadas ao longo do tempo para garantir a coleta tranquila desses impostos da população. Um desses sistemas, agora elevado ao status de quase escritura, é chamado de Economia. Como "a força faz o direito" é o princípio

predominante, o rei não pode errar e é sempre considerado inquestionavelmente correto. Como o comando do soberano é lei, os súditos cumpridores da lei são obrigados a obedecer ao rei.

O povo não aceitou voluntariamente a soberania do rei; eles foram coagidos à submissão por meio da força bruta. No entanto, o rei está bem ciente de que sua existência depende inteiramente da presença de súditos obedientes. O fato de esses súditos não perceberem que são a verdadeira fonte de todo o poder, que são todos iguais e pertencem à mesma família humana, criou uma divisão entre eles desde o início deste sistema exploratório. Além das distinções entre ricos e pobres, educados e não educados, altos e baixos, inúmeras outras categorias artificiais foram meticulosamente fabricadas, inventando diferentes religiões, castas e assim por diante. Dessa forma, as pessoas foram divididas em inúmeros grupos, divisões que nunca existiram e nunca poderiam existir na natureza. Os súditos ingênuos, preocupados com lutas internas sem sentido, não reconheceram essa manobra astuta do rei. Foi assim que os tentáculos da monarquia consumiram completamente a sociedade humana. À luz disso, é importante reconhecer que o termo "pobre" é um equívoco. Convencionalmente, uma pessoa é rotulada como "pobre" se luta diariamente pela sobrevivência básica – por exemplo, um mineiro de carvão. Arriscando sua vida todos os dias, ele desce à mina para extrair carvão. Sem carvão, poderiam existir usinas de energia a carvão? As enormes indústrias que

dependem do carvão poderiam sequer existir? Em última análise, a verdadeira fonte dessa imensa riqueza é aquele próprio trabalhador "pobre". Como, então, podemos ousar chamar o próprio criador de tamanha riqueza colossal de "pobre"?

Vamos agora considerar a palavra "não educado". Como nós, os chamados "educados", podemos rotular um agricultor ou um sapateiro como não educado? Nunca nos ocorre que nós, que nos gabamos de nossa educação, não podemos realizar as tarefas que um agricultor ou sapateiro faz com facilidade. Não somos nós, então, também analfabetos em suas habilidades? A razão pela qual eles frequentemente carecem de educação formal é que lhes foram negadas tais oportunidades. É como quebrar deliberadamente a perna de alguém e depois ter pena dele por seu "infortúnio".

A chamada democracia seguiu a monarquia. Impulsionados pela inveja do poder do rei, certos indivíduos conspiraram para tomar o controle. Eles entenderam que o verdadeiro poder reside no povo, então usaram a palavra "demos" (povo) em "democracia", ostensivamente transmitindo a ideia de que o povo administra diretamente os assuntos do país. No entanto, a realidade é que a "democracia" é simplesmente outra forma de monarquia. A única diferença é que, em vez de um único rei, como em uma monarquia, existem vários "ministros" em uma "democracia".

Assim como as correntes da escravidão tinham que ser mantidas para impor a autoridade do rei, também, nas chamadas democracias, todas as leis da era monárquica foram retidas para garantir a pilhagem ininterrupta do povo. Como resultado, o papel do povo como provedor de riqueza permanece inalterado, assim como era sob a monarquia. Portanto, a ideia amplamente divulgada de que "somos todos reis" em uma democracia é pura fantasia poética, sem nenhuma base na realidade. Na "democracia", diz-se que os representantes do povo "dirigirão" os assuntos do país, mas, na prática, certos indivíduos escolhidos por partidos políticos estão "governando" o país. Não é coincidência que ainda usemos o termo "partido governante". Ninguém questiona como "governantes" podem existir depois que a "liberdade" foi alcançada, ou mesmo a relevância da palavra "governo" em uma "democracia".

As eleições são realizadas neste país de acordo com a Lei de Representação do Povo de 1951, mas aqueles que "concorrem" a essas eleições não são verdadeiros representantes do povo. Em quase todos os casos, eles são controlados por um partido político ou outro. Portanto, sua principal responsabilidade é com o partido, não com o povo. Seria razoável supor que todos os candidatos às eleições priorizem o bem-estar dos cidadãos do país. Também seria razoável esperar que os partidos políticos tivessem planos claros e bem definidos para atingir esse objetivo. Se isso fosse verdade, por que existe uma competição tão intensa

para "vencer" as eleições? Considere uma analogia simples: se várias pessoas estivessem discutindo a melhor cor para pintar uma casa, alguém poderia sugerir branco, outro rosa e um terceiro cinza. No entanto, todos eles presumivelmente compartilhariam o objetivo comum de tornar a casa bonita. Se eles não são inimigos, por que esse mesmo espírito colaborativo não existe na política? Não existe porque manter a hostilidade mútua é essencial para perpetuar o *status quo* exploratório. Portanto, é claro que, sem uma mudança fundamental no sistema estatal, o progresso genuíno e a melhoria da condição do povo são impossíveis. Para alcançar essa mudança, devemos primeiro eliminar as fontes de nossas fraquezas.

Frequentemente nos perguntamos como um único indivíduo pode mudar a inércia de um sistema inteiro. Primeiro, não reconhecemos que o estado atual do país é uma consequência direta de nossa inação coletiva. Essa inércia inevitavelmente terminará quando começarmos a agir. Segundo, eu não estou sozinho. Mais de um bilhão e trezentos milhões de "eus" juntos constituem a atual "Índia". Cada "eu" está intimamente conectado aos outros, como as inúmeras células que formam o corpo humano. Quando o corpo é ferido, o corpo inteiro reage de uma só vez, e trilhões de células trabalham juntas para se defender da agressão. Isso demonstra a imensa energia de uma única célula quando conectada a outras células. Da mesma forma, cada um de nós é um vasto reservatório de enorme poder, do qual somos amplamente inconscientes.

Quando todo o povo desta terra perceber que somos todos membros da mesma família e que nos complementamos, nossa consciência coletiva despertará. Assim como em uma família ideal, não há lugar para corrupção, da mesma forma, não haverá razão para a corrupção existir no país. Assim como um problema é compartilhado por todos os membros de uma família, nós também compartilharemos todos os problemas que surgirem em qualquer parte do país. Ninguém passará fome em lugar nenhum. Isso erradicará simultaneamente todas as causas de ódio, inveja ou ciúme das mentes das pessoas.

Além disso, como o lugar da humanidade no mundo é considerado primordial, o dinheiro deve ocupar uma posição subordinada. No entanto, o oposto é verdadeiro na realidade, por isso devemos reavaliar conscientemente o papel do dinheiro. Nada deve estar acima da humanidade, nem mesmo o dinheiro. Como "democracia" é um nome impróprio, vamos dar a este sistema ideal um novo nome. Como a existência do povo constitui um país, cunhamos o termo "GANASATTA" em bengali para significar que, em tal estado, o povo desempenhará o papel supremo em todos os aspectos da gestão do país.

Em uma chamada "democracia", o papel do povo é reduzido ao de "eleitores", enquanto o poder real de governá-los reside nos representantes "eleitos". Uma vez que esses representantes são "eleitos" – por quaisquer meios, justos ou injustos – eles tomam o

controle completo do sistema, e o povo se torna mero observador silencioso de seu infortúnio.

Sob o GANASATTA, este estado de coisas será drasticamente alterado. O povo exercerá seu verdadeiro poder mesmo após a eleição. Uma emenda adequada à lei eleitoral será promulgada pelas autoridades competentes, garantindo que um representante eleito ocupe o cargo apenas enquanto for da vontade dos eleitores. Isso significa que o povo terá o poder de destituir um representante eleito sempre que julgar necessário, erradicando efetivamente a corrupção pela raiz. Até mesmo a possibilidade de tal destituição melhorará significativamente a situação, enviando uma mensagem clara para aqueles no cargo.

Uma vez que o GANASATTA esteja firmemente estabelecido, cada um de nós perceberá gradualmente que nossa existência depende inteiramente do bem-estar dos outros. Não estamos acima nem abaixo de ninguém; todos são igualmente importantes. Conseqüentemente, não haverá hostilidade entre nós, assim como não há inimizade entre os trilhões de células do corpo humano. É essencial lembrar que o pé, o cérebro e todas as outras partes do corpo são compostos pelas mesmas células, tornando-os igualmente vitais. No entanto, essa harmonia natural está ausente na sociedade humana. A razão é simples: desde tempos imemoriais, para impedir que o povo se una, divisões foram criadas artificialmente por "reis" por meio de rótulos e classificações superficiais. É por isso

que o verdadeiro ser humano permanece oculto sob o slogan enganoso e multicolorido de "Unidade na Diversidade". Quando este verdadeiro ser humano despertar e assumir o controle, o GANASATTA será estabelecido, e no GANASATTA reside o futuro do mundo.

Para estabelecer tal sistema social, um partido político chamado "Mai Hee Bharat" (Eu Sou Bharat) foi formado. Como estamos convencidos de que todo o povo desta terra pertence à mesma família, não pode haver obstáculos reais, pois todos desejamos o progresso geral do país. Junte-se a nós e vamos avançar juntos. O futuro deste país – que também é o nosso futuro – será exatamente como o imaginamos, porque sem nós – sem mim – Bharat não existe.

Mai Hee Bharat!

Um excerto da Constituição do Mai Hee Bharat

Artigo II. Objetivos e Fins

O objetivo central do Partido será integrar toda a população de Bharat em uma única e grande família. Todos os membros de tal família serão reconhecidos apenas como seres humanos naturais individuais, iguais em todos os aspectos, desconsiderando quaisquer marcas externas e artificiais de distinção que

lhes sejam impostas em relação a religião, raça, casta, sexo, *status* social, etc., que os mantêm perpetuamente divididos entre si.

O Partido acredita firmemente que a raiz do sofrimento dos seres humanos que habitam Bharat reside no fato de que a imensa maioria deles é sempre mantida afastada do processo principal de tomada de decisões, enquanto apenas um punhado manipula os assuntos do país de acordo com sua própria escolha, ignorando o resto da população como meros números, e não como seres humanos inteligentes. Como décadas se passaram sem produzir nenhuma mudança material, é, portanto, mais do que hora de o próprio povo assumir diretamente o comando da situação para que Bharat possa se destacar em todas as esferas.

Somente pela presença de habitantes humanos, um território se transforma em um país; assim, cada habitante individual deste país é, na realidade, sinônimo de Bharat. Tal percepção de que ele próprio é Bharat pode inculcar enorme confiança em cada indivíduo para que ele se apresente graciosamente na sagrada tarefa de construção da nação. Portanto, o nome do Partido é "MAI HEE BHARAT".

Guiado por este tema central, o Partido deverá empreender o seguinte curso de ação:

- Prestar o mais alto respeito à soberania de um ser humano individual livre e perceber que cada

um deles tem uma herança comum e é um dos mestres desta terra, sem cuja ordem expressa nada se moverá neste país;

- Que a pobreza, o analfabetismo, as discriminações sociais, etc., que são apenas ingredientes de atrito que causam inimizade entre os indivíduos, são intencionalmente criados para mantê-los sob subjugação perpétua para exploração;
- Que um indivíduo que é descrito como pobre não é pobre; pelo contrário, ele é a única fonte de riqueza;
- Que os dispositivos de escravização de súditos feitos durante o domínio colonial sob o nome de chamadas "leis" ainda estão em plena operação com todos os seus tentáculos sanguíneos, mesmo que se diga que o povo é livre; e
- Percebendo ainda que qualquer sistema existente tem que ser subordinado aos desejos comuns do povo e não pode atuar como um meio de dominação, Mai Hee Bharat será fervorosamente instrumental em todos os aspectos para mudar radicalmente os sistemas sociais, econômicos, políticos e legais prevalentes, conclamando cada habitante de Bharat a se apresentar graciosamente e cuidar dos assuntos do país a partir de uma posição de força e confiança.